

CARTAS PELA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO NO PORTUGAL DAS LUZES:

TESTEMUNHOS DE FREI MANUEL DO CENÁCULO E DE FRANCISCO XAVIER FABRI*

MADALENA COSTA LIMA**

Resumo: *Através da análise de três cartas datadas do termo do século XVIII e início do seguinte, demonstra-se a relevância da documentação epistolográfica para a história do património e da teoria do restauro em Portugal, em particular na época das Luzes. O estudo considera uma missiva do bispo de Beja, D. Manuel do Cenáculo, sobre a muralha e a torre de menagem medievais pacenses, e duas do arquiteto italiano Fabri que têm como objeto o teatro romano da colina do castelo em Lisboa. Por meio da leitura integrada destes testemunhos, expressivos de atitudes de salvaguarda de bens reconhecidos como património histórico, reflete-se acerca da consciência patrimonial prévia ao Romantismo no país.*

Palavras-chave: *Património arquitetónico; conservação; restauro; época das Luzes.*

Abstract: *Through the study of three letters dating from the late 18th century, this paper shows the importance of the epistolary documentation to the history of heritage and theory of restoration in Portugal, especially during the Enlightenment. This paper focus on one letter of the bishop of Beja D. Manuel do Cenáculo concerning the local medieval wall and tower, and two signed by the Italian architect Francesco Saverio Fabri that has as subject the roman theatre on Lisbon's castle hill. By way of an integrated review of these documents, that show attitudes of safeguarding towards assets perceived as historical heritage, we reflect upon the awareness related to heritage or monuments prior to the Portuguese Romanticism.*

Keywords: *Architectural heritage; conservation; restoration; Enlightenment.*

A pesquisa epistolográfica vem contribuindo substancialmente para a investigação levada a cabo no campo das letras ou das ciências sociais e humanas, em particular na área dos estudos literários e no âmbito disciplinar da história e dos seus diversos ramos¹. Neste universo, a época das Luzes tem provado ser um dos mais fecundos períodos de produção epistolar, com a correspondência a impor-se como fonte essencial para todos quantos desejem avaliar o pensamento e cultura das suas elites².

De facto, o conhecimento efetivo que a historiografia hoje apresenta de uma das mais proeminentes personalidades da cultura portuguesa de então, D. frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), deve enormemente à análise da correspondência que este motivou, aquém e além fronteiras³. Frei Manuel do Cenáculo, destacado bispo de

* Este artigo resulta da comunicação apresentada ao V Encontro CITCEM, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 24 e 25 de novembro de 2016.

** Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) / ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Email: madalena.costalima@gmail.com.

¹ Considere-se, por exemplo, o recente e plural volume GÓMES & BLAS, 2014; e atente-se aos projetos internacionais e interdisciplinares *Mapping the Republic of Letters*, sediado na Universidade de Stanford, e *Cultures of knowledge*, sediado na Universidade de Oxford: <http://republicofletters.stanford.edu/> e <http://www.culturesofknowledge.org/> (consultas realizadas em 29/08/2017), respetivamente.

² Veja-se, entre muitos outros, PIWNIK, 1987; ANASTÁCIO *et al.*, 2005.

³ D'ALCOCHETE, 1976; MARCADÉ, 1978; OLIVEIRA, 2013; VAZ *et al.*, 2009.

Beja e depois arcebispo de Évora, foi, afinal, destinatário e autor de um número abundantíssimo de cartas⁴, que revelam a dimensão do seu prestígio, a consistência e magnitude da sua curiosidade científica e craveira cultural.

Em sentido idêntico, o arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri (1761-1817) encontra alguns aspetos menos evidentes ou historiografados da sua actividade nas missivas que iremos apreciar. Estas fontes revelam-se imprescindíveis para conhecer e asseverar dimensões deste agente fundamental do estilo neoclássico no nosso país, e cuja obra realizada, nomeadamente ao serviço de D. Francisco Gomes do Avelar, prelado que o contratou em Itália para servir na diocese de Faro, apenas permite intuir⁵.

Da autoria desses dois nomes contemporâneos no Portugal das Luzes, as cartas de final de Setecentos que consideramos em seguida atendem a questões caras à história do património e da teoria do restauro, coincidindo na expressão de conceitos e de atitudes de salvaguarda escassamente identificados pela historiografia consagrada ao período, entre nós⁶. De modo inequívoco, as missivas trazidas à colação patenteiam facetas significativas, mas menos examinadas de Cenáculo, de Fabri e do seu tempo, testemunhando comportamentos a favor da conservação do património construído quase nada documentados para a época.

É verdade que, mais de sete décadas antes de tais cartas terem sido escritas, D. João V mandara dar à Academia Real da História Portuguesa o célebre decreto e alvará de agosto de 1721, respetivamente de 14 e 20 do mês, para que fossem conservados os «monumentos antigos» encontrados no reino⁷. O diploma, inovador e inusitado no contexto nacional, prescrevia, assim, a proteção dos bens que pudessem convir «a gloria da Nação» e servissem «para illustrar e testificar a verdade», «a reputação, e gloria da antiga Lusitania», prevendo, inclusivamente, sanções para quem destruísse ou ocultasse os bens elencados no documento joanino⁸.

Todavia, a iniciativa da academia e de o Magnânimo não era tida em linha de conta no final do século XVIII⁹. Em bom rigor, se indagarmos por referências ao diploma nos escritos de pendor historiográfico de Setecentos, inclusivamente nos textos produzidos na órbita da Academia Real da História, que lembramos ter entrado em decadência perto do final da década de 1740, quase não encontramos evocações da sua aplicação. Uma das únicas, se não mesmo a única alusão à lei data já do último quartel do século e é devida a frei Vicente Salgado, na obra que dedicou, justamente, a D. Manuel do Cenáculo, *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve*. Sublinha o autor que «o zelo, e affecto deste

⁴ Em parte catalogadas por Armando Nobre de Gusmão, em seis volumes que incidem no espólio da Biblioteca Pública de Évora (GUSMÃO, 1944-1946). E, mais recentemente, inventariadas pela equipa de investigadores coordenada por Francisco Lourenço Vaz, que se deteve não apenas na coleção de Évora, mas também no acervo da Academia das Ciências de Lisboa e da Biblioteca Nacional de Portugal (VAZ *et al.*, 2009).

⁵ CARVALHO, 1979; FRANÇA, 1983; NETO, 2006.

⁶ Veja-se, SOROMENHO & SILVA, 1993; e ainda, ALVES, 2013; NETO, 2001; NETO, 1997; ROSAS, 1995. Dedicámos ao tema a nossa investigação de doutoramento; veja-se LIMA, 2013.

⁷ Diploma publicado nomeadamente em ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA, 1721: [s.p.]. Sobre a Academia Real da História, ver MOTA, 2003.

⁸ ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA, 1721.

⁹ De facto, nada indica que a lei tenha tido alguma eficácia ou efeito concreto desde que foi produzida; veja-se LIMA, 2013.

sabio e erudito Prelado ás Antiguidades, e bellas Artes»¹⁰ contrasta com as ofensivas generalizadas aos bens históricos em Portugal, «ainda que o Senhor Rei D. João V tinha prevenido estas ruínas com hum Decreto»¹¹.

São, portanto, poucos, e verificamos que muito esparsos¹², os testemunhos reveladores da existência de uma consciência patrimonial no Portugal das Luzes, permitindo as cartas, que imediatamente analisamos, falar na existência de uma tal atitude à época no país.

I.

O gosto pelas antiguidades e a prática entusiástica do colecionismo que contribuíram para fazer de D. Manuel do Cenáculo uma figura maior do antiquariado¹³ português de Setecentos não o distinguem propriamente dos antiquários da primeira metade do século, nomeadamente daqueles que atuavam no âmbito da Academia Real da História ou sob a sua influência¹⁴. É certo que o prelado aprofundou muitíssimo a abordagem e espírito crítico de boa parte dos curiosos e indagadores de vestígios materiais do passado¹⁵, pesquisadores que privilegiavam sobretudo bens móveis com inscrições, cuidando em recolher elementos como lápides, moedas ou medalhas¹⁶.

Efetivamente, aquilo que diferencia Cenáculo na sua relação com os testemunhos centenários, ou na sua atitude perante os mesmos, é o empenho que o próprio manifestou na defesa ou salvaguarda dos bens em que reconhecia existir valor histórico¹⁷, o compromisso resolutivo que assumiu a respeito da proteção desse património. Trata-se de algo verdadeiramente inusual entre nós, ao menos até aos tempos do Portugal Liberal, e que se acha patente na carta que consideramos.

Escrita a partir de Beja, em maio de 1792, a missiva¹⁸ é dirigida ao governador das armas da província do Alentejo, o 1.º visconde da Lourinhã, Manuel Bernardo de Melo e Castro. Nela, o bispo informa acerca de uma contenda com alguns locais a propósito de umas pedras do castelo pacense. O documento vai intitulado de «Diário do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa Cidade de Beja de dois annos a esta parte desde Maio de 1790», e contém dois desenhos do castelo que ilustram a exposição do prelado.

Cenáculo explica que certos habitantes procuraram ver removidas umas pedras quebradas – «onze, de palmo e quarto em grosso, e de quatro athe sinco palmos de

¹⁰ SALGADO, 1786: 129.

¹¹ SALGADO, 1786: 143.

¹² LIMA & NETO, 2017; LIMA, 2013.

¹³ BRIGOLA, 2003; MACHADO, 1987.

¹⁴ MOTA, 2003; SERRÃO, 1974; RODRIGUES, 2006.

¹⁵ CENÁCULO, 1946-1949; MORATO, 1815.

¹⁶ LIMA, 2013.

¹⁷ Sobre os valores dos monumentos e os conceitos de monumento que eles definem, ver CHOAY, 2000; e RIEGL, 2003, estudos capitais para a história do património e da teoria do restauro.

¹⁸ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fls. 38-43. Documento parcialmente transcrito em MONTEIRO, 2009. A autora agradece à colega e amiga Patrícia Alexandra Monteiro a chamada de atenção para esta carta e os esclarecimentos prestados relativamente ao espólio documental de frei Manuel do Cenáculo.

alto»¹⁹ – que «desabarão da Torre da Homenagem»²⁰ havia mais de três décadas, jazendo, desde então, «em hum quintalão debaixo da Cortina do que chamão Caza do Governador, que hoje são paredinhas sem forma»²¹. Sabendo o bispo dos intentos, foi célere e peremptório na tomada de decisão: «immediatamente determinei que no Castello se não tocasse, e assim se tem observado absolutamente athe este instante, e he notório, e o tem sido»²².

É certo que D. Manuel do Cenáculo reconhece a condição arruinada e incapaz da obra – «o Castello he nada: os muros são de pedra sobrepоста sem liga que preste [...] Affonso Pereiro que fes o Castello nem para espancar os Mouros de então hoje delle se serviria»²³. Mas identifica, no que dela sobeja, uma qualidade de memória e um valor histórico que justificam, por si só e pelo carácter de insubstituível que comportam, a salvaguarda da construção: «fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle quando era alguma couza para seos dias, já que se não compensa com outro género de Padrão»²⁴.

Para o autor do escrito, está-se em presença de um verdadeiro monumento histórico, o conceito-chave para a história e teoria do restauro e do património, que era ainda inusual à época no reino²⁵. E como tal, como monumento histórico reconhecido, a construção e os seus elementos, mesmo se derrocados e sem utilidade prática, deveriam manter-se e ser conservados.

Ora, esta atitude de defesa explícita de um bem patrimonial rareia nas fontes coevas, e mais singular se mostra quando atendemos ao facto de o bem discutido ser de natureza imóvel e datar do período medieval. Com efeito, eram os bens móveis, principalmente as peças gravadas, como notámos, os objeto diletos dos interessados pela história e pelos seus vestígios – aliás, nas fontes do século XVIII, «monumento» surge, com frequência como sinónimo documento escrito. E eram principalmente os vestígios da Antiguidade Clássica ou dos primeiros tempos do cristianismo no território que cativavam esses estudiosos e antiquários.

Começara a haver uma certa abertura ao tardo-medieval, é justo reconhecer, mas no que diz respeito à consciência patrimonial, ela orientava-se essencialmente para bens com aquelas características. E no que concerne à arquitetura, era a obra de matriz clássica – onde se inclui a obra moderna, de expressão barroca – que granjeava consenso e elogios. Neste sentido, merece ser ressaltado, ainda, o apontamento final de Cenáculo sobre a torre de Beja, ao dizer dela, no termo da carta: «recomendo eu a todos os estrangeiros, e naçionaes com seos motivos»²⁶, provavelmente, as abóbadas da construção, com as suas chaves e mísulas tardogóticas.

¹⁹ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

²⁰ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

²¹ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38v.

²² BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

²³ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

²⁴ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

²⁵ LIMA, 2013.

²⁶ BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

A prática entusiástica pela pesquisa do passado, o desvelo e aturado labor de D. Manuel do Cenáculo no campo da investigação histórico-arqueológica, à luz deste documento, ganha, assim, uma dimensão-outra, afirmando não apenas a coerência, mas também a maturidade da visão sobre o património histórico por parte do autor.

II.

As duas missivas²⁷ coetâneas da autoria de Francisco Xavier Fabri que trazemos à colação, datadas de 1799 e de 1800, e que se relacionam inteiramente entre si, estão em linha com o gosto pelos vestígios antigos vigente, na medida em que a preocupação de ambas são achados da Antiguidade, em rigor, o teatro romano da cidade de Lisboa, posto a descoberto pelas Obras Públicas do reino, junto à rua de São Mamede, próximo do castelo²⁸. O italiano, que fixara residência em Portugal no final de 1790 graças à iniciativa do bispo de Faro D. Francisco Gomes do Avelar, escreveu-as na qualidade de arquiteto das Obras Públicas e dirigiu-as aos seus superiores na administração do reino. Com as cartas, manifestava-lhes a vontade e o interesse em salvaguardar os achados romanos, cujo desenterramento, como ele próprio recorda, dirigia desde 1798.

Na carta de 16 de março de 1799, Francisco Xavier Fabri comunica a resolução tomada, no sentido de interromper a obra, que estava a ser realizada por particulares, nas mediações do antigo teatro romano. Informava por escrito que já no final do ano anterior tinha mandado suspender tais trabalhos – seguramente para proteger as ruínas romanas –, e, agora, reiterava a decisão que tinha assumido, «porque no caso de querer S. Mag.^e conservar o antigo Monumento no mesmo lugar, em que se achou»²⁹, havia que garantir a preservação do local. Nesse contexto, explica ser «de parecer que se compre o terreno e [...] se torne a colocar outra vez no seu lugar parte das pedras da inscrição que se tiraram para fora antes de eu ser encarregado de vigiar»³⁰ as escavações, propondo mais «que se faça uma Parede ao redor do Teatro, não só para conservação daquele Monumento, e de todos os mais Fragmentos de Arquitetura, de Capiteis, e Colunas, q. ali se tem descoberto, mas também para suster o grande Entulho, de que está cercado por todos os lados o antigo vestígio de Teatro»³¹.

A carta é como que um apelo à tutela, sugerindo e, de certo modo, definindo uma metodologia de intervenção até então praticamente inédita em Portugal, a preservação *in situ* da ruína, isto é, poderemos dizer, uma espécie de musealização do monumento. Com efeito, a razão de ser do escrito não é propriamente a conservação ou não dos achados, aspeto que Fabri parece tomar como certo. A razão de ser da missiva é antes o modo como

²⁷ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fls. 195-197. Documentos publicados em CARVALHO, 1979: 152-153.

²⁸ FABIÃO, 2013.

²⁹ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

³⁰ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

³¹ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

deveria ser levada a cabo a conservação do património histórico em causa. E, entre as opções que se apresentavam, Fabri elegia, sugerindo, a de manter no local o monumento, cuidando em expor as diligências necessárias para a pôr em prática, mas também dando a entender aos leitores da sua missiva que bastaria a anuência superior para as levar a efeito.

Para tal, Fabri precisa a necessidade de repor os elementos que tinham sido retirados do local da escavação, antes de ser ele o responsável pelos trabalhos. Como hoje se sabe³², o italiano substituíra na função o arquiteto Manuel Caetano de Sousa, que nunca nomeou nas cartas e com quem teria um diferendo artístico-cultural de peso, opondo-se abertamente ao barroco deste, em especial ao que estava patente no projeto para o palácio real novo, na Ajuda, com propostas de refinado desenho neoclássico, estilo moderno e erudito. Compreende-se pela carta que, da construção arquitetónica descoberta, haviam-se salvaguardado, previamente à intervenção de Fabri, as referidas «pedras da inscrição», recolhendo-se especialmente o monumento-documento epigráfico do teatro (o que testemunha a continuidade das práticas há muito observadas face aos vestígios do passado).

Refira-se, a este propósito, que, quatro anos antes, fora promulgado um decreto a autorizar a Academia Real das Ciências a nomear as «pessoas que julgar mais idoneas, e próprias para se empregarem no descobrimento, e arrecadação das Lapidias de Inscrições [...], assim como de mandar fazer as escavações necessarias [...] para busca de alguns Monumentos»³³. Portanto, ao procurar conservar integralmente a ruína no local, Fabri contrariava a tradição, assumindo uma atitude distinta e de assinalável modernidade.

Desconhecemos o acolhimento dado a esta missiva. Sabemos apenas que o arquiteto Fabri voltaria a escrever sobre o teatro romano dez meses depois, a 7 de janeiro de 1800, referindo ao inspetor das Obras Públicas do reino, serviço onde permanecia ativo, que apresentara à Academia das Ciências os riscos «que na ocasião das descobertas da Escavação do Antigo Teatro, ao pé do Castelo»³⁴ fizera, mostrando as ruínas daquele monumento. Mais informa que propusera à mesma academia realizar uma «Descrição [...] sobre aqueles Vestígios da Antiguidade», a que juntaria, «além da Planta geral», os desenhos de «todos os Fragmentos de Architectura, que até agora se tinham descobertos, assim também das Figuras, inscrições, Capiteis de vária qualidades, e da particularidade do Estuque, que até do tempo de Nero persiste»³⁵. Explica, como terá explicado àquela agremiação, que a publicação era «coisa útil, e necessária», na medida em que a «singularidade do Monumento [...] merece todo o empenho de se dar ao Público»³⁶.

Fabri estaria interessado em elaborar um trabalho próximo ao do álbum que o arquiteto irlandês James Murphy, sob o patrocínio de William Conyngham, distinto membro

³² LEITE & PATO, 2014.

³³ SILVA, 1847: 90.

³⁴ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 195v.

³⁵ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 195v.

³⁶ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 196.

do Parlamento britânico e sócio da Royal Antiquary Society de Londres, executara para o Mosteiro da Batalha, entre 1789 e 1795, e que conhecera ampla divulgação, fazendo parte das bibliotecas da elite ilustrada portuguesa, como a do nosso bispo D. Manuel do Cenáculo. Ou, mais acertadamente, desejaria reproduzir o modelo das obras que vinham sendo realizadas em Itália, França e Inglaterra sobre achados romanos de vulto, como seja, Paestum ou Herculano, publicações que conheceria dos seus tempos na Academia Clementina ou em Roma, quer como estudante de arquitetura, quer como arquiteto. E porque o projeto de estudo e registo gráfico «merece ser feito no mesmo lugar da dita Escavação»³⁷, exigindo a facultação de meios públicos, Fabri recorria à carta para informar oficialmente as Obras Públicas, esperando encontrar o melhor acolhimento para a proposta junto dos seus superiores e do príncipe regente.

De facto, não seria dado seguimento ao plano de Fabri. A primeira publicação sobre o teatro romano de Lisboa, da autoria do latinista Luís António de Azevedo³⁸, viria a ser apresentada década e meia depois de os intentos do arquiteto italiano terem sido expostos nas cartas observadas. Pese embora a lei de proteção de antiguidades promulgada a 4 de fevereiro de 1802 pelo mesmo príncipe regente a quem Fabri apelara, Azevedo esteve vários anos a tentar reunir meios para trazer à luz a sua dissertação sobre o monumento. O alvará do príncipe D. João, invocando a lei de 1721, embora omitindo do seu texto a palavra «monumento», vocábulo fundamental naquela, ordenava «a conservação e integridade das Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres»³⁹, deixando-as ao cuidado da Real Biblioteca de Lisboa. Ao contrário do diploma do século anterior, o novo não mencionava edifícios, apenas bem móveis. Eram, afinal, os objetos antigos e colecionáveis que desde há muito beneficiavam de cuidados aqueles que a lei de 1802 contemplava.

Coincidentemente, no mesmo ano de 1802, os projetos apresentados por Fabri, em conjunto com Costa e Silva, para o Palácio Real da Ajuda foram escolhidos para execução, passando o arquiteto a dedicar-se exclusivamente à obra do novo paço. Igualmente em 1802, o bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo foi nomeado arcebispo de Évora. Anos antes, Cenáculo e Fabri haviam redigido as cartas que apreciámos, pugnando pela conservação de monumentos históricos arquitetónicos.

Como ficou patente, os testemunhos dão a conhecer os autores como agentes de novidade relevante para a salvaguarda do património. Afirmam também ambos como elementos incontornáveis da consciência patrimonial no país, num contexto que, embora de Luzes, era pouco consonante com essa atitude, que antecipou preocupações e tomadas de posição celebrizadas em Portugal sobretudo a partir de perto de meados de Oitocentos.

³⁷ AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 196.

³⁸ AZEVEDO, 1815.

³⁹ SILVA, 1826: 44.

FONTES MANUSCRITAS

AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fls. 195-197.

BPE – Cód. CXXVIII 2-10, maio de 1792, fls. 38-43.

FONTES IMPRESSAS

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA (1721) – *Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Ocidental: Officina de Pascoal da Sylva.

AZEVEDO, L. A. (1815) – *Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendiveis circumstancias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano, descoberto na excavação da rua de são Mamede perto do castello desta cidade*. Lisboa: Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.

CENÁCULO, Manuel do (1946-1949) – *Sisenando mártir e Beja sua pátria*. «Arquivo de Beja», vols. III-VI. Beja: Câmara Municipal de Beja.

SALGADO, Vicente (1786) – *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SILVA, António Delgado da (1826) – *Collecção de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*. Lisboa: Typografia Maigrense, vol. 5.

SILVA, António Delgado da (1847) – *Supplemento à collecção de legislação portugueza*. Lisboa: [s.n.], vol. 2.

BIBLIOGRAFIA

D'ALCOCHETE, Nuno Daupias (1976) – *Humanismo e diplomacia: correspondência literária (1789-1804) de Francisco José Maria de Brito e D. Frei Manuel do Cenáculo*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVES, Alice Nogueira (2013) – *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ANASTÁCIO, Vanda; ALMEIDA, Teresa de Sousa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, orgs. (2005) – *Correspondências. Usos da carta no século XVIII*. Lisboa: Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

BRIGOLA, João Carlos (2003) – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

CARVALHO, Ayres de (1979) – *Os três arquitetos da Ajuda: do Rocaille ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

CHOAY, Françoise (2000) – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

FABIÃO, Carlos (2013) – *Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa*, «Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo». Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 389-409. Disponível em http://www.academia.edu/5176667/Escavando_entre_pap%C3%A9is_sobre_a_descoberta_primeiros_desaterros_e_destino_das_ru%C3%ADnas_do_teatro_romano_de_Lisboa [Consulta realizada em 30/05/2017].

FRANÇA, José-Augusto (1983) – *Lisboa Pombalina e Iluminismo*, 3.ª ed. revista e atualizada. Venda Nova: Bertrand.

GÓMES, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra, orgs. (2014) – *Cartas-lettres-lettere: discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XVI-XX)*. Alcalá: Universidad de Alcalá.

GUSMÃO, Armando Nobre de (1944-1946) – *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 6 vols.

LEITE, Ana Cristina; PATO, Heitor Baptista (2014) – *Um desenho inédito do Teatro de Olisipo nas colecções do Grupo Amigos de Lisboa*. «rossio. estudos de Lisboa», n.º 4, pp. 146-161. Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Revista_Rossio/rossio_estudos_de_lisboa_n_4.pdf. [Consulta realizada em 30/05/2017].

- LIMA, Madalena Costa (2013) – *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- LIMA, Madalena Costa; NETO, Maria João (2017) – *Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terramoto de Lisboa de 1755: efeitos no património artístico e atitudes de conservação*. «Conservar património», n. 25, pp. 37-41. Disponível em <http://revista.arp.org.pt/pdf/2016047.pdf>. [Consulta realizada em 30/05/2017].
- MACHADO, José Alberto (1987) – *Um colecionador português do século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida.
- MARCADÉ, Jacques (1978) – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: évêque de Beja, archevêque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols.
- MONTEIRO, Patrícia Alexandra (2009) – *Noções de património na correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho apresentado no Seminário de Ciência e Consciência do Património, no Curso de doutoramento em História da Arte.
- MOTA, Isabel Ferreira da (2003) – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições Minerva.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão (1815) – *Elogio historico do excellentissimo e reverendissimo D. Frei Manuel do Cenáculo*. «Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa». Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, pp. LXII-CVII.
- NETO, Maria João (2006) – *Uma cultura de restauro iluminista: a ação do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar*. «Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade». Tavira: Museu da Cidade, pp. 122-131.
- ____ (2001) – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- ____ (1997) – *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- OLIVEIRA, Márcia (2013) – *A comunidade ilustrada na 2.ª metade do séc. XVIII: frei Manuel do Cenáculo e o seu universo de correspondentes*. «Lusitania Sacra», II série, t. 27. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 175-202.
- PIWNIK, Marie-Hélène (1987) – *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- RIEGL, Alois (2003) – *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: l'Hartmann.
- RODRIGUES, Paulo Simões (2006) – *O terramoto e a génese da consciência de património em Portugal*. «Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14». Lisboa: Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, pp. 247-254.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995) – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974) – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SOROMENHO, Miguel; SILVA, Nuno Vassalo e (1993), orgs. – *Dar futuro ao passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.
- VAZ, Francisco Lourenço; OLIVEIRA, Márcia Ferreira; MONTEIRO, Patrícia (2009) – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: relatório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

ABREVIATURAS

BPE = Biblioteca Pública de Évora.

AHMOPC = Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.